



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1306994 - SP (2018/0138377-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : PEDRO VINICIUS BAPTISTA GERVATOSKI LOURENCO
AGRAVANTE : ROBERTA SOAVE PIVA
AGRAVANTE : DANIELA SOAVE VICTORINO
ADVOGADOS : PEDRO VINICIUS BAPTISTA GERVATOSKI LOURENÇO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP330340
GUSTAVO ANGELI PIVA E OUTRO(S) - SP349646
AGRAVADO : RÁDIO DIFUSORA DE PIRACICABA S/A
ADVOGADO : PASCHOAL CARUSO JÚNIOR - SP184184

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – REVISIONAL DE ALUGUEL - Lide de mero acerto - Sucumbência mantida conforme fixada, pena de 'reformatio in pejus'- Ação procedente - Recurso desprovido." (e-STJ, fl. 379)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação ao art. 85, §2º e 292 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que os honorários foram fixados sobre o valor da causa e não sobre proveito econômico obtido, tratando-se de ação revisional de aluguel em que o valor da condenação é de fácil mensuração e deve incluir as prestações vencidas e vincendas

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação aos arts. 85, §2º e 292 do CPC/15, tem-se que estes não se encontram contemplados no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foram objeto de embargos de declaração, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que *"o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"*.

Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

2. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)

Deste modo, tem-se que o conhecimento do recurso especial, pela divergência, também se encontra obstado pela ausência de prequestionamento, requisito exigido indistintamente nos recursos fundamentados nas alíneas "a" e "c".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os recursos especiais interpostos com base na alínea "c" do permissivo constitucional não dispensam o necessário prequestionamento da questão jurídica, o que não ocorreu no presente caso, pois é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o acórdão recorrido nem mesmo emitiu juízo de valor acerca da matéria jurídica.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036444/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

Ademais, a Corte de origem afirmou que a manutenção dos honorários se deve à impossibilidade de reforma prejudicial da decisão pois o caso, em verdade, trata de ação de mero acerto que implicaria em sucumbência recíproca, *in verbis*:

"Com efeito, tem-se entendido que as ações cuja pretensão se restringe a averiguar o valor do aluguel ante a sua defasagem, deve ser considerada de mero acerto, implicando em sucumbência recíproca, repartindo-se à metade as despesas processuais, respondendo cada parte pelos honorários de seus respectivos patronos.

(...)

Deste modo, forçosa a manutenção do valor dos honorários sucumbenciais fixado na r. sentença recorrida, pena de '*reformatio in pejus*'. (e-STJ, fls. 380/381)

O fundamento de que a manutenção dos honorários dá-se em razão da impossibilidade de "*reformatio in pejus*" não foi objeto de impugnação e é suficiente, por si só, a manter a decisão da Corte de origem nesse ponto, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia da Súmula 283 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator